

Rodrigo Duque Estrada Roig

Execução Penal


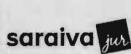
teoria crítica

3ª edição

2017

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-1483-8

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ALINE GRAZIELE BENITEZ CRB-8/9922


Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues
Edição Eveline Gonçalves Denardi
Verônica Pivisan Reis

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Microart Design Editorial

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva

Capa Roney Camelo

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão e acabamento Gráfica Paym

R638e Roig, Rodrigo Duque Estrada
Execução penal: teoria crítica / Rodrigo Duque Estrada
Roig. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Código Penal. 2. Código de Processo Penal. 3. Lei de execução penal. 4. Execução de sentença. I. Título.

CDU 343.8(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Código Penal: lei de execução penal 343.8(81)

Data de fechamento da edição: 10-1-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 603048 CAE 614401

1087356

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Prólogo de E. Raúl Zaffaroni	13
Apresentação	19
Introdução: bases para uma teoria redutora de danos na execução penal	21
1. Princípios da Execução Penal	31
1.1. Princípio da Humanidade.....	33
1.2. Princípio da Legalidade	41
1.3. Princípio da não marginalização (ou não discriminação) das pessoas presas ou internadas.....	50
1.4. Princípio da individualização da pena	64
1.5. Princípio da Intervenção Mínima.....	65
1.6. Princípio da Culpabilidade	69
1.7. Princípio da Lesividade	73
1.8. Princípio da Transcendência Mínima.....	74
1.9. Princípio da Presunção de Inocência.....	81
1.10. Princípio da Proporcionalidade	85
1.11. Princípio da Celeridade (ou Razoável Duração) do processo de execução penal.....	90
1.12. Princípio do <i>Numerus Clausus</i> (Número Fechado).....	98
2. Natureza Jurídica da Execução Penal	115
3. Jurisdição na Execução Penal	119
4. Execução Provisória da Pena	123
4.1. Execução provisória de pena restritiva de direitos.....	128
5. Direitos não atingidos na execução	129
6. Disposições relativas aos condenados e internados	155
6.1. Assistência ao preso, internado ou egresso	161

7. Trabalho Penitenciário	177
7.1. Trabalho externo.....	186
8. Deveres e Disciplina.....	193
8.1. Deveres.....	193
8.2. Disciplina.....	196
8.2.1. Poder disciplinar na execução penal	202
8.2.2. Faltas disciplinares de natureza grave	216
8.2.3. Regime Disciplinar Diferenciado	254
8.2.4. Transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima	265
8.2.5. Prescrição de Faltas Disciplinares	267
8.2.6. Sanções Disciplinares.....	270
8.2.7. Recompensas.....	278
8.2.8. Procedimento Disciplinar	280
9. Órgãos da Execução Penal	287
9.1. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária...	289
9.2. Juízo da Execução	291
9.3. Ministério Público	293
9.4. Conselho Penitenciário	295
9.5. Departamentos Penitenciários	299
9.6. Patronato	301
9.7. Conselho da Comunidade	301
9.8. Defensoria Pública.....	303
10. Estabelecimentos Penais.....	313
10.1. Penitenciária	321
10.2. Colônia Agrícola, Industrial ou Similar.....	322
10.3. Casa do Albergado	323
10.4. Centro de Observação.....	324
10.5. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	324
10.6. Cadeia Pública	327
11. Execução das Penas em Espécie	329
11.1. Regimes de cumprimento de pena	330

11.2. Crime continuado e concurso formal de crimes na execução penal	340
11.3. Progressão de Regime.....	347
11.3.1. Requisitos objetivos.....	350
11.3.2. Requisitos subjetivos	364
11.3.3. Progressão de Regime para preso estrangeiro.....	370
11.3.4. Competência	372
11.3.5. Possibilidade de apreciação de progressão de regime em sede de <i>Habeas Corpus</i>	372
11.3.6. Progressão para o regime aberto	373
11.4. Prisão-albergue domiciliar	378
11.4.1. Hipóteses de prisão-albergue domiciliar	380
11.4.2. Prisão domiciliar substitutiva da prisão preventiva ...	384
11.5. Regressão de regime.....	387
11.6. Autorizações de Saída	393
11.6.1. Permissão de Saída	394
11.6.1.1. Características da Permissão de Saída	394
11.6.2. Saída Temporária	395
11.6.2.1. Características da Saída Temporária	397
11.6.2.2. Revogação da Saída Temporária.....	406
11.7. Remição de Pena	409
11.7.1. Novas hipóteses de remição	428
11.8. Livramento Condicional	432
11.8.1. Requisitos objetivos	436
11.8.2. Requisitos subjetivos.....	445
11.8.3. Condições do livramento condicional	451
11.8.4. Livramento condicional para presos estrangeiros.	455
11.8.5. Suspensão do livramento condicional	457
11.8.6. Revogação do livramento.....	459
11.8.7. Extinção da pena.....	462
11.8.8. Possibilidade de apreciação de livramento condicional em sede de <i>Habeas Corpus</i>	463
11.9. Monitoração Eletrônica	464
12. Reabilitação	471

13. Penas Restritivas de Direitos	475
14. Suspensão Condicional da Pena (<i>Sursis</i>)	483
15. Prescrição da Pretensão Executória	489
16. Execução da Pena de Multa	491
17. Execução das Medidas de Segurança	495
17.1. Prazos da medida de segurança	509
17.2. Prescrição da medida de segurança	514
17.3. Detração da medida de segurança.....	515
18. Incidentes de Execução	517
18.1. Conversões	517
18.2. Excesso ou desvio de execução.....	523
18.3. Anistia	524
18.4. Indulto e comutação de penas.....	526
18.4.1. Natureza da sentença que concede o indulto e a comutação	531
18.4.2. Indulto e comutação de pena em crimes hedion- dos	532
18.4.3. A relação entre graça e indulto.....	536
18.4.4. Modalidades de indulto.....	537
18.4.5. Requisitos subjetivos para a comutação e o indul- to	549
18.4.6. Vedações à comutação e ao indulto	552
18.4.7. Exigência de outros requisitos que não estejam no Decreto Presidencial	557
18.4.8. Procedimento.....	558
19. Procedimento judicial da execução, Agravo em Execu- ção e outros recursos	561
20. Superlotação carcerária como mecanismo de violação dos direitos humanos: novos paradigmas	571
20.1. Considerações iniciais sobre a decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos.....	571
20.2. Paradigma e exemplo para o Brasil.....	578

20.2.1. Encarceramento em espaços reduzidos.....	578
20.2.2. Superlotação como forma suficiente de tratamento desumano ou degradante	580
20.2.3. Natureza estrutural e sistêmica da superlotação...	582
20.2.4. Relativização da relação jurídica entre Estado e indivíduo	584
20.2.5. Ilegalidade do encarceramento em condições precárias ou de superlotação.....	586
20.2.6. Dever jurídico-constitucional de supressão da superlotação	596
Referências.....	603